



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

VITÓRIA GOMES DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS: UMA EXPERIÊNCIA NO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA – IEP**

**JOÃO PESSOA
2019**

VITÓRIA GOMES DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS: UMA EXPERIÊNCIA NO
ESCOLAR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA – IEP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia, do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva.

**JOÃO PESSOA
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C331e Carvalho, Vitoria Gomes de.
Educação patrimonial em arquivos: [manuscrito] : uma experiência no Instituto de Educação da Paraíba – IEP / Vitoria Gomes de Carvalho. - 2019.
53 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva ,
Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."
1. Educação patrimonial. 2. Arquivos escolares. 3. Instituto de Educação da Paraíba. I. Título
21. ed. CDD 027.8

VITÓRIA GOMES DE CARVALHO

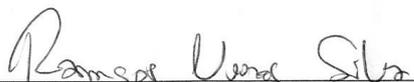
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS: PRÁTICAS NO ARQUIVO ESCOLAR
DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA – IEP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Arquivologia, do
Centro de Ciências Biológicas e Sociais
Aplicadas, da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharela em Arquivologia.

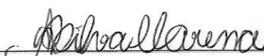
Área de concentração: Ciências Sociais
Aplicadas.

Aprovada em: 12/06/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Rosilene Agapito Llerena
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Henrique Elias Cabral França
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe, pelo exemplo, carinho e cuidado,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha mãe, que sempre fez de tudo para que eu pudesse estar aqui hoje.

Ao meu irmão, que embora tenhamos inúmeros desentendimentos, ele será sempre a pessoa com quem compartilhei meus melhores anos.

Aos meus avós, que são a personificação na terra do amor divino. Obrigada por sempre estarem comigo.

Agradeço a minha turma e aproveito para deixar registrado que perseverança e determinação vos define. As lembranças desses anos que dividi com vocês em sala de aula carregarei comigo eternamente.

A Universidade Estadual da Paraíba, símbolo de resistência por carregar e cumprir a missão de oferecer a sociedade paraibana um ensino público, gratuito e de qualidade, em meio à crise que objetiva o desmonte da educação.

Ao corpo docente do curso de Bacharelado em Arquivologia. Graças a vocês, o nosso curso tem sido muito bem avaliado nos últimos anos, o que significa que vocês têm desempenhado essa tão importante profissão com excelência. Vocês sempre buscaram despertar o nosso melhor, minha eterna gratidão por isso.

Ao meu orientador, agradeço por ter se comprometido – e cumprido – a missão de orientar, a enriquecedora oportunidade de participar de um Projeto de Iniciação Científica, a dedicação, o incentivo e, sobretudo, a paciência durante esses anos de orientação.

Aos professores que compuseram a banca: Rosilene Agapito e Henrique França, agradeço imensamente por terem aceito o convite e estarem presente em um momento tão especial para mim.

Aos servidores do Campus V, sempre eficientes, ágeis, prestativos e empáticos.

Aos que fazem o Instituto de Educação da Paraíba, não só por terem permitido que este trabalho se desenvolvesse no âmbito da instituição, mas pela acolhida e colaboração, sou grata!

À Dedé e Mateus, sempre muito compreensíveis, nos ajudando como podia. Pelas conversas, que por um momento nos aliviava as tensões, agradeço. À dona Eva e seu Adão (Antônio), pela simpatia e doçura de todos os dias.

Ao Departamento de Estradas e Rodagens da Paraíba, deixo meus agradecimentos pela oportunidade e confiança. Pelas concessões quando precisei ausentar-me para outras

atividades. Também agradeço por terem escolhido as melhores meninas para dividir esse trabalho comigo: Conceição, Cynthia e Soiany. Vocês tornaram o desafio mais divertido!

Ao meu grupo de amigos – de apoio – *Alucicrazy* (Ângela, Nivaldo, Ludimila, Priscila, Jhowbert, Cynthia, Eduardo, Gabriela e Cleber), deixo registrado que sou grata pelos momentos e conversas que compartilhamos. Vocês são especiais demais!

Ao meu amigo Fagner Santos pela “melhor amizade”, foi assim que intitulamos essa relação de amizade e carinho, que já vem de uns anos. Deixo meu obrigado pela calma e tranquilidade que você transmite.

Às minhas meninas Gabriela, Yoná, Caroline, Milena, Jessyca e Darachely, agradeço pela amizade que vem de longa data. E por falar em ensino médio, aproveito para agradecer à Luís Lima e Giulle Silva por terem sido muito além de professores, foram amigos e pessoas que me inspiravam aos 15 anos e ainda hoje me inspiram através do amor pela educação. Parte da minha formação hoje tem um pedacinho de vocês.

Por último e não menos importante, agradeço a Deus, meu bom Pai, pelo amparo e cuidado.

“[...] Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos” (FREIRE, 1979, p.18).

RESUMO

Os arquivos também são espaços de conhecimento e aprendizado. Diante da afirmativa, o presente trabalho faz uma discussão sobre arquivos escolares e educação patrimonial, trazendo essas discussões também para as salas de aula do Instituto de Educação da Paraíba. Tem como objetivo geral elaborar uma cartilha informativa sobre patrimônio e arquivo. E especificamente, propõe-se a: 1) problematizar o conceito de acervo e patrimônio escolar junto ao IEP; 2) investigar a concepção das pessoas que compõem o IEP sobre documento, acervo e patrimônio documental; 3) incentivar a relação dos alunos e professores com o acervo documental e patrimonial da escola; 4) propor uma interação dos alunos e docentes com a história da instituição. Para alcançar nossos objetivos adotamos uma pesquisa ação, onde foram realizadas visitas, tanto para conhecer o funcionamento da instituição, quanto para conhecer seu fundo documental. Para obtenção de dados aplicamos questionários aos professores da instituição. Foram realizadas também oficinas na instituição com professores e alunos do 1º ano do ensino médio. Diante de toda a trajetória, nossos resultados apontam que dos respondentes, apenas um já tinha visitado o arquivo institucional; e, que a instituição trabalha a temática “Educação patrimonial” de maneira insuficiente. Chegamos à conclusão que a educação patrimonial trata-se de uma metodologia interdisciplinar, e portanto, pode ser aplicada nos mais diversos espaços de aprendizado.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial. Arquivos Escolares. Instituto de Educação da Paraíba.

RESUMÉN

Los archivos también son espacios de conocimiento y aprendizaje. En el marco de la afirmación, el presente trabajo hace una discusión sobre archivos escolares y educación patrimonial, trayendo esas discusiones también a las aulas del Instituto de Educación de Paraíba (IEP). Tiene como objetivo general problematizar el concepto de acervo y patrimonio escolar junto al IEP. Y específicamente, se propone a: 1) investigar la concepción de las personas que componen el IEP sobre documento, acervo y patrimonio documental; 2) incentivar la relación de los alumnos y servidores con el acervo documental y patrimonial de la escuela; 3) proponer una interacción de los alumnos y docentes con la historia de la institución; 4) elaborar una cartilla informativa sobre patrimonio y archivo. Para alcanzar nuestros objetivos adoptamos una investigación de acción, donde se realizaron visitas frecuentes, tanto para conocer el funcionamiento de la institución, como para conocer su fondo. Para la obtención de datos aplicamos cuestionarios a los profesores de la institución. Se realizaron también talleres en la institución con profesores y alumnos del 1º año de la enseñanza media. Ante todo la trayectoria, nuestros resultados apuntan que de los respondedores, apenas uno ya había visitado el archivo institucional; y que la institución trabaja la temática "Educación patrimonial" de manera insuficiente. Llegamos a la conclusión que la educación patrimonial se trata de una metodología interdisciplinaria, y por lo tanto, puede ser aplicada en los más diversos espacios de aprendizaje.

Keywords: Educación Patrimonial. Archivos Escolares. Instituto de Educación de la Paraíba.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 15 |
| 2.1 | Tipo de pesquisa | 15 |
| 2.2 | Lócus da pesquisa | 15 |
| 2.3 | Participantes | 16 |
| 2.4 | Instrumentos para a coleta de dados | 16 |
| 2.5 | Procedimento de coleta de dados | 17 |
| 3 | DESCORTINANDO O ARQUIVO ESCOLAR | 18 |
| 3.1 | O arquivo escolar como objeto de pesquisa | 19 |
| 4 | O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA | 22 |
| 4.1 | Diagnóstico do arquivo | 24 |
| 5 | EDUCAÇÃO PATRIMONIAL | 28 |
| 5.1 | Educação Patrimonial em Arquivos | 30 |
| 6 | EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IEP | |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 17 |
| | REFERÊNCIAS | 18 |
| | APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PROFESSORES | 38 |
| | APÊNDICE B – CARTILHA EDUCATIVA | 41 |
| | ANEXO B – FICHA PARA DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO | 53 |

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos são conjuntos de documentos que são acumulados espontaneamente, conforme são desenvolvidas as atividades institucionais, independentemente da natureza ou do suporte. Eles constituem a base de registros de uma sociedade, pois refletem diretamente suas ações. Bellotto (2006, p. 228) afirma que “[...] o arquivo é a “consciência histórica” da administração”, do mesmo modo que também pode ser “relativo à comunidade”.

Por natureza, os arquivos carregam consigo a função de custodiar e preservar os mais diversos fundos e por este motivo, são detentores de um riquíssimo patrimônio documental, que podem servir de base para os mais diversos fins, à exemplo de pesquisas científicas e práticas pedagógicas. Eles existem com a missão de servir a sociedade. Conforme ressalta Bellotto (2006), eles têm “[...] a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais”.

É notável um distanciamento e a ausência de um diálogo entre a necessidade de preservar e a compreensão do porquê preservar. Os arquivos são espaços de construção e aprendizado. Embora não muito explorada, a relação entre os arquivos e as práticas escolares pode ser bastante proveitosa, sendo possível desenvolver inúmeras atividades.

Parte dessa ausência da presença da escola no ambiente arquivístico se dá pela falta de planejamento dos arquivos no que diz respeito a ações educativas voltadas para educação patrimonial. Socialmente os arquivos desempenham um papel importante, uma vez que são responsáveis pela custódia dos registros da sociedade.

A educação patrimonial em arquivos é um rico campo e como dito anteriormente, pouco explorado. Para Bellotto (2006), “as atividades culturais e educativas em arquivos desenvolvidas nos arquivos, são as que melhor cumprem a função de transformá-lo num bem social, popular da comunidade”. Assim como nas bibliotecas – e muito mais frequentemente nos museus, a relação entre os arquivos e a escola pode ser bastante proveitosa, tanto para os estudantes quanto para o arquivo em si, porém, para que isto seja realizado deverá haver uma boa comunicação entre os dois profissionais: o arquivista e o professor.

O interesse pela temática surgiu a partir de pesquisas realizadas para atividades da disciplina “Gestão de Serviços Arquivísticos” a respeito do tema Difusão Cultural, que possui ampla relação com a Educação Patrimonial. No que diz respeito ao ambiente, a escolha do arquivo escolar para estas práticas se deu pela familiarização da pesquisadora com este tipo de arquivo e tipologias documentais durante o período em que foi Bolsista de Iniciação Científica (2017-2018) do projeto *“A fotografia digital como instrumental de preservação de acervos*

histórico-escolar”, onde seu ambiente de pesquisa era o Arquivo Estadual das Escolas Extintas da 1ª Região de Ensino da Paraíba.

A escolha do arquivo escolar do Instituto de Educação da Paraíba como *locus* da pesquisa se deu pelo fato desta escola ser uma instituição ensino centenária e que por muitos anos foi referência no processo de educação no estado da Paraíba, seja pelo seu curso de magistério, seja pela método modernista de ensino. E, apesar disto, sua história enquanto memória institucional, pouco se é trabalhada, tanto no espaço de escolar, quanto na academia. Ou seja, algo que deveria estar sendo preservado, está caindo no esquecimento da comunidade, inclusive no âmbito da Arquivologia, que é uma das áreas a quem compete esta discussão.

Sendo assim, a pesquisa justifica-se pela necessidade de desenvolver um trabalho com ações efetivas que busquem fazer com que a comunidade tenha a oportunidade de conhecer a história da instituição da qual fazem parte e passar a valorizá-la, a começar pelo arquivo de sua própria escola. Qual dos alunos que lá estudam atualmente já visitaram o arquivo escolar do IEP? Qual dos professores que atualmente compõem o quadro já visitaram o arquivo institucional? Discussões sobre patrimônio que estão sendo desenvolvidas no espaço escolar?

É necessário trazer a problemática da ausência de ações educativas voltadas para a educação patrimonial e discuti-las tanto na academia quanto em sala de aula, espaço voltado para a formação do educando, e no caso do IEP, espaço que por muito tempo foi destinado a formação do professor de magistério. Vale salientar que, apenas discuti-la não é o suficiente. É necessário que além de discutir, transformemos isto em ações concretas e efetivas nas salas de aula e nos arquivos.

Diante disto, como objetivo geral nos propomos a problematizar o conceito de acervo e patrimônio escolar junto ao Instituto de Educação da Paraíba – IEP. E como objetivos específicos, nos propomos a 1) investigar a concepção sobre documento, acervo e patrimônio documental dos professores e alunos que fazem parte do IEP; 2) incentivar a relação dos alunos e professores com o acervo documental e patrimonial da escola; 3) propor uma interação dos alunos e docentes com a história da instituição através do arquivo; 4) elaborar uma cartilha informativa sobre patrimônio e arquivo.

Para alcançar nossos objetivos, adotamos como metodologia inicial uma pesquisa bibliográfica para fundamentação da discussão e elaboração da cartilha e, uma pesquisa ação, por conta da proposta interventora como objetivo. Para coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado. Como atividade da proposta interventora foram realizadas oficinas com professores e estudantes sobre patrimônio.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é uma das atividades base para a ciência, pois “ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar.” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). De acordo com Gil (2008), podemos definir pesquisa “como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.” A pesquisa é, portanto, um processo permanentemente inacabado, que desenvolve-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no espaço social, pois tem como finalidade o crescente progresso da ciência.

2.1 Tipo de pesquisa

Como todo trabalho científico, foi realizado inicialmente uma pesquisa bibliográfica que, conforme coloca Fonseca (2002) é feita a partir do levantamento de publicações acerca da temática, pois permite que o pesquisador conheça a respeito dos estudos já realizados.

Quanto aos seus objetivos e delineamento é classificada como uma pesquisação, pois se propõe a intervir no espaço. A pesquisação consiste em um modelo de pesquisa alternativo, onde segundo a definição de Thiollent (1985, p. 14):

"[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo."

Também pode ser considerada exploratória, pois o tema explorado é pouco trabalhado e, conforme coloca GIL (2008, p. 27), “[...] esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.”

As pesquisas descritivas “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). Sendo assim, podemos classificar nossa pesquisa também como descritiva, pois ela descreve o espaço escolar do IEP.

Do ponto de vista de sua natureza, podemos classifica-lo como uma pesquisa básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Quanto a sua abordagem classificamos como qualitativa, pois este método não aplica instrumentos estatísticos para análise de um problema, uma vez que seu objetivo não é medir nem numerar os eventos estudados (RICHARDSON, 2008).

2.2 Lócus da Pesquisa

O ambiente escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o Instituto de Educação da Paraíba – IEP, tanto o espaço da escola em si, quanto o seu arquivo. A ideia surgiu a partir de conversas informais em encontros de orientação, onde foi ressaltada a importância da instituição no processo educacional feminino e paraibano. Foi realizada uma visita inicial para que pudéssemos conhecer o espaço, bem como direção e funcionários e as possibilidades de realização da pesquisa.

O atual prédio do IEP foi construído na década de 30 e fica localizado na avenida Camilo de Holanda, junto a outras três instituições públicas de ensino médio do estado. A instituição possui um amplo espaço, que conta com 32 salas de aula, 3 salas reservadas às atividades da administração, uma biblioteca, um auditório, um pátio e uma sala destinada ao arquivo. O acesso ao arquivo se dá por meio de uma escada. A sala do arquivo é improvisada, entretanto é o suficiente para o volume de documentos existentes até o momento.

2.3 Participantes

As pesquisas sociais possuem uma grande abrangência de elementos e variáveis, onde é quase impossível trabalhá-los em seu número total, com base nisto, os pesquisadores trabalham com amostras, que de acordo com Gil (2008), esta técnica se dá “quando um pesquisador seleciona uma pequena parte de uma população, espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar.”

Como população temos a comunidade que compõe o IEP: direção, servidores, docentes e discentes. Entretanto, devido ao curto período de tempo para o desenvolvimento deste estudo, optamos por trabalhar apenas com os professores e alunos. Quanto aos alunos, escolhemos trabalhar com apenas uma turma, pois a escola possui um grande número de turmas.

Nossos participantes foram escolhidos com base em seus papéis no ambiente escolar. Os docentes foram escolhidos pelo fato de serem os profissionais que possuem a missão de disseminar informação com o objetivo de produzir conhecimento. Os alunos foram escolhidos, pois estão em fase de desenvolvimento e aprendizado.

2.4 Instrumentos para a coleta dos dados

Como instrumentos para a obtenção das informações que necessitávamos, utilizamos da observação por meio de visitas ao local de pesquisa e questionário com questões mistas – abertas e fechadas.

2.5 Procedimento de coleta dos dados

A coleta dos dados é a fase onde obtemos informações que são relevantes para o desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente a resolução do problema. Desta maneira, realizamos algumas visitas na instituição. A primeira visita teve como foco conhecer o espaço e a comunidade, bem como solicitar a autorização necessária para a realização do estudo. Em visita posterior, formalizamos a autorização através do Termo de Autorização de espaço (ver Apêndice 1) e a entrega e explicação do projeto proposto.

Após a realização dos procedimentos éticos os quais devem preceder toda pesquisa, elaboramos questionários que tinham o mesmo objetivo: obter um panorama do entendimento que a comunidade local possuía a respeito de arquivo, documento e patrimônio. Os questionários foram adaptados conforme as categorias estabelecidas. Os questionários foram entregues e respondidos no mesmo dia em que as oficinas foram realizadas.

3 DESCORTINANDO O ARQUIVO ESCOLAR

Os arquivos escolares são tão importantes quanto os outros tipos de arquivo, entretanto as vezes parecem invisíveis, pois muito dificilmente são objetos de pesquisa, sobretudo na Arquivologia. Assim como os demais, os arquivos de instituições escolares são compostos pelos documentos produzidos ou recebidos no exercício de suas atividades, que independem do suporte e natureza do documento. O arquivo escolar, pode-se dizer que, é o lugar onde se mantém viva e documentada a memória escolar das pessoas que outrora e hoje fazem parte daquele espaço, pois nele pode-se encontrar informações sobre a trajetória escolar do estudante, professores e funcionários, além de informações sobre a própria atividade fim da escola: a educação; informações estas que podem variar entre práticas pedagógicas, metodologia de ensino e o próprio regimento escolar.

Podemos dizer que os arquivos escolares custodiam documentos que constituem fontes de informações historiográficas de grande relevância para os estudos a respeito do cotidiano escolar e das práticas pedagógicas e, também dos marcos legais que fazem parte da trajetória do processo de educação no Brasil.

No que tange a legislação arquivística no país, temos a Lei 8.159 de 1991 que delibera a respeito da política nacional de arquivos públicos e privados, onde em seu segundo artigo temos a definição do seria um arquivo:

“Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”.

Referente a legislação específica sobre arquivos escolares, dispomos do Parecer nº 16 de 1997 do Ministério da Educação e Desporto, onde o documento regulamenta o arquivamento de documentos escolares, bem como quem realizará esta função quando, porventura, a escola vier a encerrar suas atividades. Antecedendo o parecer supracitado, temos outro marco legal que é a Portaria nº 255 de 1990, também do Ministério da Educação, onde nas considerações em sua parte preliminar é possível notar o reconhecimento do potencial informativo, patrimonial e memorialístico dos documentos de arquivo escolar:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições;

(...) Considerando a necessidade de se estabelecer orientação objetiva sobre o assunto, uma vez que o arquivo escolar das instituições de ensino devidamente autorizadas pelo poder público, **constitui patrimônio da União;**

Considerando, finalmente, que **as instituições como depositárias são responsáveis pela conservação das provas documentais que impõe cuidados especiais para resguardo dos aspectos de natureza jurídica, acadêmica e mesmo as de sua memória;**

Portaria nº 255, de 20 de dezembro de 1990 (Grifo nosso.)

3.1 O arquivo escolar como objeto de pesquisa

Na área de História da Educação, ao realizar uma pesquisa nos anais eletrônicos no Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), que é organizado pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), que se encontra no seu décimo ano de realização (2019), podemos perceber que da sua primeira edição até a nona (2017), foram encontrados poucos trabalhos que tinham como objeto o arquivo escolar em si ou a preservação do acervo que o compõe. No repositório institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ao pesquisarmos por “Arquivo Escolar” e selecionarmos o Centro de Educação não obtivemos nenhum resultado, conforme podemos ver na Figura 1.

Figura 1: Pesquisa no acervo do Centro de Educação.

The image shows a search page from a digital repository. At the top, there are navigation links: 'Página Inicial', 'Navegar', 'Ajuda', and 'Contato'. A search bar contains the text 'UFPB - Campus I - Centro de Educação (CE)'. Below this, the search criteria are set to 'por Arquivo escolar'. There are two filter sections: 'Filtros correntes' with 'Todos os campos' and 'Arquivo', and 'Assunto' with 'Escolar'. A 'Retornar valores' button is present. Below the filters, there is an 'Adicionar filtros' section with 'Tipo de Documento' and an 'Adicionar' button. At the bottom, there are options for 'Resultados/Página' (set to 10), 'Ordenar registros por' (set to Relevância), 'Ordenar' (set to Descendente), and 'Registros' (set to Todos). An 'Atualizar' button is at the bottom left. The main content area displays the message 'Não há resultados para sua busca.'

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Diante do quantitativo de trabalhos presentes no repositório do CBHE e no repositório do CE-UFPB (1.691), em comparação com os resultados obtidos, podemos afirmar que o arquivo escolar ainda é, de certa maneira, visto como um objeto invisível para os pesquisadores da área da educação. Vale salientar que, durante a pesquisa, constatamos que apesar do não reconhecimento do potencial do arquivo para a educação, o espaço é utilizado como ambiente de pesquisa para os que procuram subsidiar suas pesquisas com fontes primárias de informação.

Embasados nos resultados da pesquisa de Cardoso (2018), no contexto arquivístico no cenário da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), da amostra de 230 trabalhos analisados

pela autora, apenas 9 têm como tema o arquivo escolar. No cenário da UFPB, ao realizar a pesquisa no repositório institucional, obtivemos dois trabalhos como resultado. Todavia, é importante ressaltar que em todos os trabalhos o arquivo escolar era o *locus* da pesquisa e não seu objeto discussão.

O Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), que conta com VIII edições, não dispõe de um repositório central que reúne as informações a respeito dos congressos, entretanto, foi possível encontrar uma página no sítio eletrônico *Arquivistas.net*, onde conseguimos obter informações a respeito do ano de realização e seus respectivos temas, com *hiperlinks* que nos direcionavam – deveriam nos direcionar – para as respectivas páginas. Entretanto, alguns *hiperlinks* para os quais fomos direcionados encontravam-se fora do ar permanentemente, o que é justificável, pelo fato de que por vezes, os sítios eletrônicos dos congressos são objetos de patrocínio e por este motivo têm uma temporalidade limitada. Com base nos hiperlinks ativos, analisamos os resumos e elaboramos o seguinte quadro:

Quadro 1: Trabalhos no Congresso Nacional de Arquivologia – CNA

| CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA – CNA | | |
|--|--|----------------------|
| I CNA | Os arquivos do século XXI: políticas e práticas de acesso às informações | Website indisponível |
| II CNA | Os desafios do arquivista na Sociedade do Conhecimento | 0 |
| III CNA | Arquivologia e suas múltiplas interfaces | Website indisponível |
| IV CNA | A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação | Website indisponível |
| V CNA | Arquivologia e Internet: conexões para o futuro | 2 |
| VI CNA | Arquivologia, sustentabilidade e inovação | Website indisponível |
| VII CNA | Da Interdisciplinaridade à Interoperabilidade | Website indisponível |
| VIII CNA | Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a arquivologia. | 0 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Os documentos que compõem um acervo ou repositório representam fontes de informação fidedignas, pois todo documento é produzido por em função de uma atividade, sendo assim, estão diretamente relacionados com o seu funcionamento. Os arquivos são conjuntos de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Eles constituem a base de registros de uma sociedade, pois refletem diretamente suas ações.

Os arquivos escolares, segundo Vasconcellos (1999, p. 42), podem ser caracterizados como um “conjunto de documentos organicamente acumulados, cujas informações permitem a trajetória de vida de seu titular”. Conforme as palavras de Bonato (2002), ainda podemos

afirmar que os arquivos escolares “[...] são espaços de memória, depositários de fontes produzidas e acumuladas na trajetória do fazer pensar o pedagógico no cotidiano das escolas”.

Mogarro (2005), afirma que a partir dos documentos encontrados sob custódia do arquivo escolar, nos é permitido analisar os diferentes discursos produzidos pelos “actores educativos” – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais, sobre as escolas, pois este constitui o que a autora chama de “núcleo duro” de informações sobre a escola.

Os resultados apresentados acima, reforçam que “[...] no caso dos arquivos escolares estamos perante documentos que estão depositados, na maior parte das situações, no silêncio desses mesmos arquivos e aí permanecem (resta saber se, de facto ainda permanecerão), até que o investigador proceda uma avaliação da sua pertinência para o processo de investigação [...]” (MOGARRO, 2005).

4 O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

O Instituto de Educação da Paraíba – IEP é uma escola pública estadual pertencente a 1ª Região de Ensino da Paraíba, “[...] que tem por objetivo assegurar a plena formação do educando e o desenvolvimento das suas potencialidades”. Entre os seus serviços ofertados estão o ensino médio, fundamental I, Educação para Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio Normal – ensino médio com habilitação de magistério – sendo este (2018) o último ano ofertado.

O IEP foi criado em 30 de junho de 1884¹. Entretanto, no decorrer da história, ele passou por algumas mudanças, conforme aponta Teixeira (2017):

A Escola Normal da Paraíba, fundada em 1884, funcionava – quando de sua supressão em 1935 – num dos edifícios mais modernos da cidade construído especialmente para a instituição na Praça Felizardo Leite (atual Praça 1817) [...]

Sob o nome de Escola Normal, tinha como objetivo formar educar meninas conforme as regras da época. No ano de 1935, a Escola Normal da Capital foi suprimida, dando lugar ao Instituto de Educação da Paraíba, conforme a Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935, promulgada por João Baptista de Mello. Esta seria uma instituição modelo para a formação de professores, inspirado no Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Em 1939, por força do decreto nº1.265 de 22 de janeiro, o IEP passa por uma nova mudança: a transferência do ensino secundário para a Escola Lyceu Paraibano. Sendo assim, o Lyceu Paraibano passou a integrar o Instituto. A separação das duas escolas só veio ocorrer em 1944, quando o Liceu tornou-se o Colégio Estadual da Paraíba e o IEP voltou a assumir o ensino secundarista.

No ano de 2018, o IEP conclui sua última turma do curso magistério, o qual foi referência durante muito tempo. A justificativa que a diretoria da instituição deu para a supressão do curso fundamenta-se no Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece 20 metas a serem cumpridas entre os anos de 2014 a 2024, onde em sua 15ª meta estabelece:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior**, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014, (grifo nosso.)

¹ Informação extraída do Regimento Interno do IEP do ano de 2017.

Após a supressão do curso magistério na instituição, o IEP, atualmente, oferta o ensino fundamental do 3º ao 5º ano, o ensino médio regular e a educação inclusiva com os ciclos I e II do programa EJA com Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é destinado à pessoas que possuem necessidades especiais.

Apesar desta narrativa contar parte da história do Instituto de Educação, tomando como base o depoimento da direção da instituição e o estudo de Teixeira (2017), enfatizamos que muito há o que investigar sobre a instituição, pois apesar de seus mais de 100 anos de existência, o número de estudos desenvolvidos sobre sua trajetória e sua contribuição no processo de educação do estado da Paraíba ainda são insuficientes.

4.1 Diagnóstico do arquivo

O diagnóstico de arquivos constitui uma das fases mais importantes de um planejamento, pois esta ferramenta tem como finalidade identificar as lacunas no serviço e onde se originam. Para Almeida e Vitoriano (2018), o diagnóstico tem como “objetivo de conhecer a situação arquivística da organização de maneira abrangente, a partir da coleta de informações sobre a documentação produzida, seu arquivamento e preservação.”.

De acordo com o Camargo e Bellotto (2010, p.37), diagnóstico de arquivos é a

“[...] análise das informações básicas (quantidade, localização, estado físico, condições de armazenamento, grau de crescimento, frequência de consulta e outros) sobre os arquivos, a fim de implantar sistemas e estabelecer programas de transferência, recolhimento, microfilmagem, conservação e demais atividades”.

É a partir do diagnóstico que o arquivista obterá as informações necessárias a respeito de material, organização e estado de conservação do acervo que está sob sua responsabilidade. Diante disto, para realizarmos o mapeamento da situação do arquivo escolar do IEP adaptamos um formulário para diagnóstico elaborado e apresentado na disciplina de Gestão de Documentos II, pelo professor Sânderson Dorneles, com base em Paes (2004) e no Formulário de Pesquisa do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que tinha como objetivo conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil.

O primeiro módulo do formulário de diagnóstico correspondia a identificação, onde tinha como campos para preenchimento natureza jurídica, nome da instituição, sigla, Subordinação administrativa, ano de criação, nome do responsável pela instituição e campos respectivos ao endereços físico e eletrônico. Para melhor visualização, elaboramos o quadro abaixo:

Quadro 2: Módulo I: Identificação

| | |
|-----------------------------|--|
| Natureza Jurídica | Administração direta |
| Nome da Instituição | Instituto de Educação da Paraíba |
| Sigla | IEP |
| Subordinação administrativa | Secretaria de Estado de Educação |
| Ano de criação | 1884 |
| Nome do responsável | Eugênia |
| Objetivo institucional | Assegurar a plena formação do educando |
| Endereço | Avenida Camilo de Holanda, s/n |
| Bairro | Centro |
| Município | João Pessoa |
| Telefone | Linha telefônica com defeito |
| Email | colegioiep@hotmail.com |
| Sítio eletrônico | http://ieppb.blogspot.com/ |

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O segundo módulo do formulário corresponde a identificação do acervo. Quanto a classificação do arquivo, podemos classificamos como um arquivo que em sua extensão de atuação assume a função de arquivo geral ou central, pois armazena tanto documentos resultantes de sua atividade fim, quanto de sua atividade meio.

O arquivo escolar do IEP é constituído por documentos dos gêneros textuais e iconográficos, sendo em sua maioria de caráter permanente. Quantos as espécies documentais, encontramos atas, provas, diários, comunicados, certificados, e entre outras. Os documentos são ordenados de forma cronológica e agrupados de acordo com sua tipologia. Apesar da instituição ter sua criação datada no ano de 1884, os documentos mais antigos do arquivo possuem data de 1940 e que correspondem a duas caixas poliondas. Nas caixas do respectivo ano encontramos provas das mais variadas disciplinas, como costura, desenho e pintura, conforme a figura 2.

Figura 2: Prova de “Linha e agulha” de 1940

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Vale salientar que, neste mesmo arquivo, encontramos fundos pertencentes a uma outra instituição escolar do estado da Paraíba, a Escola Normal Francisca Mendes, com data tópica de 1950.

Quanto ao estágio de tratamento, o acervo encontra-se parcialmente identificado e parcialmente organizado, entretanto, foi possível observar uma grande massa documental acumulada, onde não é possível saber quais os setores que o produziram.

O terceiro módulo corresponde às atividades do arquivo, com base nas informações elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 3: Atividades de arquivo

| | |
|--|------------|
| Existência de normas de procedimentos no arquivo | Não possui |
| Existência de controle de trâmite de documentos | Não possui |
| Existência de controle de empréstimo de documentos | Não possui |
| Aplicação de código de classificação | Não possui |
| Aplicação de tabela de temporalidade | Não possui |
| Existência de cronograma para transferência e/ou recolhimento de documentos ao arquivo | Não possui |
| Eliminação de documentos | Não possui |
| Instrumentos de pesquisa no acervo | Não possui |

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O quarto módulo do formulário corresponde a infraestrutura e serviços e é dividido em 12 seções que são: instalações; condições ambientais da área do acervo; sistema de armazenamento e acondicionamento; segurança; meios de comunicação; laboratórios, microfilmagem; recursos de informática; digitalização de documentos; atendimento ao usuário; recursos humanos; e recursos financeiros.

O atual prédio da escola foi construído na década de 50 entre os governos de José Américo e Flávio Ribeiro Coutinho, tendo sido inaugurado neste último. Vale salientar que antes disso, a escola teve sua sede em outros locais da cidade. As instalações do arquivo ficam no andar superior da escola e corresponde a uma sala adaptada para tal fim, onde toda a sua área é destinada a armazenagem do acervo. O arquivo não dispõe de nenhum instrumento de controle de temperatura, umidade e luminosidade, nem tampouco possui programa de prevenção e combate contra pestes em acervos.

Os documentos são armazenados em mobiliários de aço e de alvenaria. Em material aço, encontramos dois armários, dois gaveteiros e dezesseis estantes. Os mobiliários em alvenaria correspondem a três estantes construídas junto a parede, com quatro prateleiras cada uma. O acondicionamento da documentação é feito com caixas do tipo poliondas, pastas suspensas

marmorizadas e fichários. Vale salientar que devido a massa documental acumulada há documentação sem nenhum tipo de acondicionamento.

No quesito segurança, o arquivo possui um extintor de incêndio manual, entretanto não possui mangueiras, detectores de fumaça, nem outros tipos de prevenção contra incêndio. Não identificamos também um plano de resgate do acervo em casos de emergência e desastres. Também não há prevenção contra roubos, a exemplo de circuito de câmeras ou alarmes, o que torna vulnerável o acervo.

O arquivo não dispõe de meios de comunicação próprios, como telefone, ramal telefônico nem correio eletrônico; não possui laboratório para procedimentos técnicos; também não realiza microfilmagem, digitalização de documentos e nem possui recursos de informática próprios.

O atendimento ao usuário é realizado presencialmente, de segunda a sexta, das 7h às 16h, a consulta é aberta ao público e a reprodução de documentos é permitida, entretanto se faz necessário ir a direção da instituição solicitar autorização e expor a finalidade da consulta.

5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Arquivologia enquanto área de estudos científicos tem como característica a interdisciplinaridade, isto é, tem a capacidade de construir diálogos com outras áreas. Isto se dá porque a Arquivologia não adota um único discurso, pois os arquivos em sua complexidade não possuem um único objetivo, não se restringem somente às funções administrativas, nem tampouco a custódia para a história. Bellotto (2007) destaca que os arquivos têm como função principal transferir informações que sirvam ao gestor, ao cidadão comum e ao pesquisador, através de suas atividades, sendo possível traçar seus contornos sociais.

Arquivos [...] têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a material de distintas origens (BELLOTTO, 2006, p. 35).

Visando a aproximação do cidadão e o acesso a informação dos arquivos por parte deles, algumas instituições arquivísticas em âmbito nacional e internacional trabalham com iniciativas no campo de serviços editoriais, de difusão cultural e ações educativas. Estas atividades podem ser tanto no sentido de expandir os horizontes do arquivo, quanto trazer a comunidade para dentro da instituição. Em referência a estes serviços podemos citar como exemplo atividades como palestras, lançamentos de obras, exposições temáticas temporárias e/ou permanentes, sítios eletrônicos, patrocínio de eventos e visitas guiadas.

Além dos serviços de difusão cultural e ações educativas, os arquivos também podem utilizar a Educação Patrimonial, que pode ser definida uma ferramenta de alfabetização cultural que torna possível o indivíduo observar com criticidade o mundo que o rodeia, a fim de compreender o universo sociocultural e o recorte histórico-temporal no qual está inserido (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2007).

Atualmente, a preocupação em preservar o patrimônio cultural é cada vez maior. Para que isto se torne ações efetivas, é necessário não só a sensibilização das autoridades, mas também o comprometimento dos cidadãos em preservar, e não o bastante, que estreitem a distância entre os discursos da necessidade de preservar e do motivo pelo qual precisam ser preservados, desta maneira, é possível compreender sua relevância para a sociedade. Entramos, portanto, em uma discussão entre patrimônio cultural, memória, arquivos e cidadania.

A Constituição Federal Brasileira define patrimônio cultural brasileiro como

Art. 216º - [...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação,

à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

(...)

IV - as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

(...)”. (BRASIL, 1988.)

Os parágrafos do artigo 216 da Constituição Federal, estabelecem que proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro é dever do Poder Público e juntamente com a comunidade. E, que cabe a administração a gestão documental e o acesso a informação aos documentos que constituem o patrimônio documental.

A medida que promovemos discussões sobre preservação do patrimônio cultural, estamos discutindo também questões como participação social, cidadania, acesso à informação e democratização da cultura, pois a história é construída a partir das memórias individuais e coletivas e estas que a constroem têm direito constitucional de acessá-las.

Chauí (1992, p 39) argumenta que “[...] ao definirmos a política cultural como Cidadania Cultural e a cultural com direito, estamos operando com os dois sentidos da cultura: como um fato ao qual temos direito como agentes ou sujeitos históricos; como um valor ao qual todos têm direito numa sociedade de classes que exclui uma parte de seus cidadãos do direito a criação e à fruição das obras de pensamento e das obras de arte”.

Neste sentido, Fratini (2009), coloca que a educação patrimonial pode vir a dar grande contribuição para a o acesso à informação e o processo de democratização da cultura e, também para a formação do cidadão, vistas que toda a sociedade tenha acesso aos bens de patrimônio e, se reconheçam como parte integrante desta construção histórica e cultural que resulta em patrimônio.

A discussão a respeito da educação patrimonial no Brasil é recente, conforme aponta o estudo de Horta (2006, p. 4)

“[...] a proposta metodológica para o desenvolvimento das ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais foi introduzida, em termos conceituais e práticos, a partir do 1º seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, RJ, inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob designação de *Heritage Education*.”

Apesar de alguns avanços, até o presente momento o curso que merece destaque em relação aos avanços das discussões, é, sem dúvidas, a Museologia. Nas outras áreas do saber que norteiam este trabalho, as discussões ainda tem sido desenvolvidas de maneira periférica. A educação patrimonial carece de aprofundamento teórico, sobretudo na Arquivologia,

discussões e projetos sendo desenvolvidos no âmbito das instituições de ensino e das instituições que detém acervos. Esta responsabilidade recai sobre os gestores das escolas, professores e os profissionais da informação.

5.1 Educação Patrimonial nos Arquivos

Para ganhar mais espaço nos arquivos, a educação patrimonial precisa ser mais debatida. Deste modo, concordamos com Bellotto (2006, p. 230), quando ela afirma que “no que concernem os serviços de assistência educativa, o papel dos arquivos tem sido pouco explorado no Brasil, embora a pedagogia brasileira venha sendo renovadora e progressista”.

Diferentemente do Brasil, outros países ao redor do mundo têm desenvolvido e incluído em seus planejamentos trabalhos voltados para a educação patrimonial. As publicações voltadas para educação em arquivos surgiu nos Estados Unidos, na Polônia e na Rússia. Em países como Alemanha, Itália, Inglaterra e França há um incentivo por parte das autoridades locais para o estreitamento da relação da escola com os arquivos.

O arquivo também é local de aprendizado e construção do saber, pois os documentos de arquivo têm potencial para ensino. Há uma opção entre os arquivistas brasileiros quando se trata de educação patrimonial em arquivos, entretanto, quando se trata de difusão cultural o discurso que impera é que esta se trata uma função arquivística imprescindível para a valorização do arquivo. Em concordância Fratini (2009, p. 5) enfatiza que “[...] é necessário rever esse conceito, posturas e discutir sobre esse assunto no meio arquivístico, entre os profissionais da área e nos cursos de especialização e graduação”.

Segundo Bellotto (2000) o principal obstáculo para a incorporação dos arquivos às políticas públicas de patrimônio resulta da concepção que as autoridades e a população possui em relação ao real papel que um arquivo tem.

É necessário superar esta visão de que o arquivo é um ambiente que serve apenas a administração ou a pesquisa histórica, pois a nossa realidade atual consiste em informações fluidas, e, por vezes, carentes de referências. Sendo assim, os documentos constituem o que chamamos de “núcleo duro” da instituição por refletir diretamente suas atividades. Partindo desta afirmação, podemos considerar o documento como o produto de uma sociedade, onde é possível vislumbrar as relações existentes entre eles, bem como a história, a época que foi produzido e a visão de mundo que a sociedade que o produziu tinha a respeito, tal qual o conceito de Hobsbawm (1998).

O trabalho para transformar o arquivo em um espaço atraente para os usuários em geral, isto é, quer sejam pesquisadores ou não, é desafiador, pois deve haver uma boa articulação entre os educadores e o arquivista contemporâneo e, instigante, pois a parceria de certo pode vir a render bons frutos.

Trabalhar com educação patrimonial requer planejamento, pois não se trata de ações circunstanciais em virtude de eventos, datas comemorativas ou outras situações momentâneas. De acordo com Horta (2006), trata-se, portanto de “[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. A educação patrimonial se dá partir da experiência e do contato direto com as evidências, esta trata-se, de uma metodologia alternativa que visa incluir o cidadão comum nos espaços informacionais e provocar a reflexão a respeito do sentimento de pertencimento da história.

O desafio de trabalhar com educação patrimonial em arquivos é: como formular e desenvolver ações nos arquivos que sejam capaz de atingir os fins da proposta metodológica? Para isto, os arquivistas podem contar com o auxílio e orientações do IPHAN, onde em seu sítio eletrônico dispõe para visualização e *download* de uma coleção de publicações voltadas para a temática.

Ao todo são 42 publicações sobre educação patrimonial, merecendo destaque o Caderno temático 1 “*Educação Patrimonial: Orientações ao Professor*”, pela sua iniciativa em orientar o educador como trabalhar o tema de maneira didática e; o Caderno Temático 6 “*Educação Patrimonial: Práticas e Diálogos Interdisciplinares*”, por diferentes trazer diferentes olhares sobre a Educação Patrimonial a partir das mais variadas disciplinas, como Ciências Sociais, Engenharia, Arquitetura, História, Museologia, *Design*, Arquivologia, Arqueologia e Arte, reforçando a característica sua característica interdisciplinar.

Ainda sobre as publicações, podemos citar a significativa contribuição do Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial (2007), de autoria de Evelina Grunberg, tem como objetivo apresentar uma série de atividades que possam ser desenvolvidas pessoas de diferentes idades, que tenham passado por um processo formal de ensino ou não, para provocar neles uma reflexão acerca do que vem a ser patrimônio cultural, a fim de que desenvolvam pensamento crítico. Além das contribuições do manual, podemos citar também visitas guiadas, oficinas e exposições temáticas.

6 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IEP: RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO

Um dos objetivos do trabalho era “investigar a concepção das pessoas que compõem o IEP sobre documento, acervo e patrimônio documental”. Para isto, elaboramos um questionário com 16 perguntas e aplicamos aos professores. De um universo de 60 professores conseguimos apenas 10 respondentes.

Dividimos o questionário em quatro categorias: 1. Dados sociodemográficos; 2. Formação e experiência; 3. Relação com o Arquivo da instituição; e, 4. Investigação sobre a metodologia.

Com o objetivo de caracterizar a população, na primeira questão da seção 1, perguntamos sobre o gênero. Ao analisar as respostas, observamos que 60% pertenciam ao gênero feminino e 40% pertenciam ao gênero masculino. Na questão 2, perguntamos a respeito da idade dos respondentes e com base nas afirmações elaboramos o quadro de frequência a seguir:

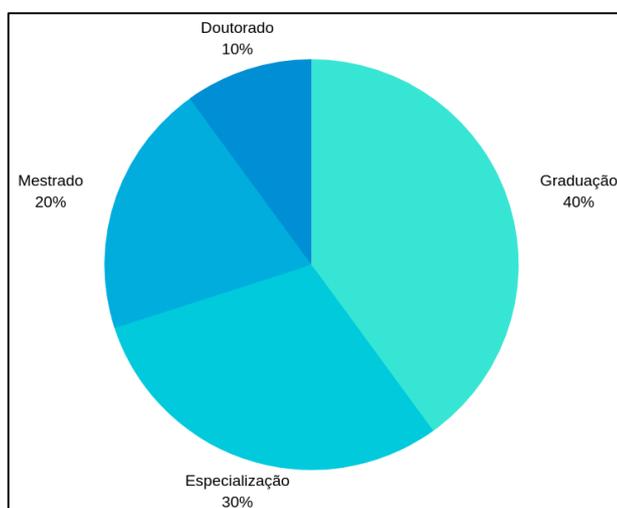
Quadro 4: Idade dos respondentes

| Idade | Frequência |
|----------|------------|
| 30 - 40 | 2 |
| 41 - 50 | 3 |
| 51 - 60 | 3 |
| 61 - 70 | 2 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ainda sobre a primeira seção, perguntamos na questão 3 a respeito do grau de escolaridade. As alternativas oferecidas foram graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós doutorado. Para melhor visualização elaboramos o gráfico 1:

Gráfico 1: Grau de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A segunda seção tinha como objetivo saber o nível de experiência dos professores tanto em outras instituições, quanto no IEP. A primeira pergunta era aberta e perguntava qual a disciplina que os participantes ministravam na instituição. Os professores respondentes ministravam Língua Portuguesa (2), Matemática (1), Geografia (2) e em maior número, Educação Física (5). As demais questões da seção perguntava quanto tempo fazia que haviam concluído seu curso principal – graduação; quanto tempo de atuação na docência possuem; e há quanto tempo integram o quadro de professores do IEP. Elaboramos, portanto, o quadros 5 que será apresentado a seguir:

Quadro 5: Tempo de formado

| Anos | Frequência |
|----------|------------|
| 1 - 10 | 4 |
| 11 - 20 | 0 |
| 21 - 30 | 3 |
| 31 - 40 | 3 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Referente ao tempo de docência dos professores, as respostas que obtivemos variavam entre 8 meses e 34 anos. Já as respostas referentes ao tempo de docência dos professores especificamente no IEP variaram entre 1 mês e 15 anos.

Na terceira seção, perguntamos se os participantes já tinham visitado o arquivo da própria escola para que pudéssemos investigar qual a relação deles com o arquivo. Dos 10 respondentes, 9 afirmaram que nunca visitaram o arquivo da instituição e apenas 1 afirmou que havia visitado. A pergunta seguinte pedia que justificassem o motivo da visita ao arquivo, onde o participante de resposta afirmativa explicou que necessitou recorrer ao arquivo para se inteirar do funcionamento da instituição.

A quarta seção era composta por 6 perguntas que buscavam investigar pontos da metodologia de ensino que eles estudaram durante a formação e que eles utilizam em sala de aula, pois entendemos que a maneira que você aprendeu reflete diretamente em como você ensina aos outros.

A primeira questão da quarta seção perguntava se os professores tinham ouvido falar sobre educação patrimonial durante a formação. Dos respondentes, 8 afirmaram nunca ter ouvido e 2 afirmaram que sim. A questão seguinte pedia que citassem em que momento haviam ouvido falar sobre educação patrimonial. Um afirmou que “[...] foi quando se falou em preservação do patrimônio” e o outro respondente afirmou que foi através da mídia.

A terceira questão perguntava se os professores realizavam visitas nas disciplinas. No total, 7 responderam que sim e 3 responderam que não. Em seguida, perguntamos para onde eram as visitas. Dos 7 que tiveram respostas afirmativas, 3 responderam que realizam visitas

em parques, estádios e pistas de atletismo, 3 responderam que realizam visitas a museus e memoriais, e 1 respondeu que realiza visitas a arquivos e museus.

A quinta questão da quarta seção pergunta se eles já tinham cogitado realizar visitas aos arquivos da cidade e 4 responderam que não e 6 responderam que sim. A questão seguinte pedia para que em caso de resposta negativa justificassem. Sendo assim, 1 justificou que nunca recebeu orientações sobre o tema; 1 afirmou não ter interesse; e 2 não quiseram ou souberam responder.

A última questão da seção e também do questionário perguntava se os participantes achavam que o uso da educação patrimonial poderia vir a contribuir com a disciplina. Dos 10 participante, 7 responderam que sim; 2 responderam que não; e 1 não quis ou não soube responder.

6.1 Atividades temáticas

Na segunda parte do trabalho, alinhados aos nossos outros dois objetivos que eram: “incentivar a relação dos alunos e professores com o acervo documental e patrimonial da escola” e “propor uma interação dos alunos e docentes com a história da instituição através do arquivo”, realizamos uma atividade temática voltada para os professores e uma voltada para os estudantes. Essas oficinas buscavam estimular a reflexão deles a respeito do que vem a se configurar como patrimônio e de como a educação patrimonial pode vir a contribuir no processo de ensino e aprendizagem.

Na atividade realizada com os professores apresentamos a história do IEP, abordamos os conceitos de arquivologia, arquivo, memória, patrimônio, e educação patrimonial; também demos exemplos de atividades e formas de relacionar o conteúdo programático da disciplina com a educação patrimonial e os arquivos. Optamos por elaborar slides e expor enquanto dialogávamos.

Durante a conversa, podemos perceber que a grande maioria não possuía conhecimentos sobre os conceitos apresentados, nem tampouco sobre a história da instituição a qual fazem parte. Vale salientar que conhecer a história da instituição faz parte de um processo de identificação com o patrimônio dela. Quando falamos do IEP, estamos falando sobre uma instituição com 135 anos de existência, que durante muito tempo foi referência na formação de professores e ensino. Desta maneira, podemos afirmar que cada espaço e documentação pertencente a escola tem valor patrimonial.

Ainda nesta conversa, conforme foram sendo discutidos os temas, um dos participantes levantou a questão da fotografia, se ele era documento e se podia ser entendido também como patrimônio da instituição, demonstrando, desta maneira, interesse a respeito do uso didático do documento fotográfico enquanto patrimônio. O professor relatou que durante os seus anos de docência vem alimentando um acervo pessoal, onde faz registros das atividades extraclasse que realiza com as turmas durante o ano letivo, dos jogos internos da instituição e sua participação enquanto professor de educação física.

A partir do relato, podemos observar que apesar de não conhecer em termos teóricos sobre as questões de memória e patrimônio, o autor do relato reconhecia a importância do registro e da preservação. Neste sentido, concordamos com Gonçalves (2007), quando a autora diz que incentivar e evidenciar os potencial dos documentos deve ser um dos eixos de atuação da escola, pois isto contribui para um ensino mais significativo, didático e interessante, além de promover o diálogo entre a comunidade.

A atividade realizada com os estudantes também foi uma oficina com a mesma temática. Para iniciar a oficina, provocamos os alunos a fim de que eles nos contassem qual o entendimento deles a respeito de patrimônio, arquivo e documentação. No primeiro momento, o silêncio imperou, entretanto, seguimos com as provocações, até que eles começaram a responder. Uma das respostas que merecem destaque foi: “Acredito que patrimônio tenha a ver com aquilo que a gente tem que preservar, igreja, monumentos, coisas antigas assim”.

De acordo com a resposta do estudante, podemos afirmar que, em geral, a sociedade enxerga patrimônio com o que Le Goff (1990) chama de monumentalização, onde recebem destaque umas coisas e outras não, sem que se leve em consideração o que o “monumento” pode dizer a respeito da sua ligação com a sua história de produção. Ainda nas palavras do autor, uma das características do monumento é o poder de perpetuação das sociedades, tratando-se, portanto de uma herança da memória coletiva.

Concordamos com o estudante quando ele diz que “[...] patrimônio é aquilo que a gente tem que preservar”, pois para Le Goff (1990, p. 535) “[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade [...]”, ou seja, de acordo com o autor, o que se perpetua é aquilo que escolhemos preservar.

No decorrer da conversa, fomos apresentando os temas de maneira didática e a discussão foi se desenvolvendo. Na seção final da discussão, perguntamos quantos já haviam visitado um museu e apenas dois alunos responderam que sim. Perguntamos também, quantos já haviam visitado um arquivo e o não foi unânime. Apresentamos então, uma lista de 8 arquivos na cidade

de João Pessoa que são abertos para visitação. Os estudantes demonstraram interesse em visitá-los.

6.2 Cartilha Informativa

Nosso quarto e último objetivo era “elaborar uma cartilha informativa sobre patrimônio e arquivo”. Elaboramos uma cartilha informativa que tem como título “Vamos conversar sobre documento e patrimônio na escola?” (Figura 3).

Figura 3: Cartilha informativa



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A cartilha tem como objetivo reunir conceitos e referências sobre patrimônio, arquivos e educação patrimonial. Elaboramos e organizamos o total de 8 tópicos: Histórico; Documento; Arquivo; Arquivo escolar; Patrimônio; Educação Patrimonial; Referências sugeridas; e, Referências. Cada tópico é abordado de maneira breve e didática em apenas uma página, pois a intenção é que ao folheá-la o leitor obtenha suas respostas, mas que busque aprofundar-se a respeito do tema, e por este mesmo motivo, sugerimos algumas referências no final. Para visualizar a cartilha completa ver Apêndice B.

Neste trabalho criativo buscamos deixar a nossa contribuição tanto para a escola, quanto para os profissionais que têm o desejo de trabalhar a temática, mas não sabem por onde começar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração as temáticas abordadas neste trabalho reiteramos a necessidade de nos reinventarmos enquanto arquivistas, professores e pesquisadores. Não se pode continuar permitindo que os arquivos escolares continuem silenciados dentro das instituições de ensino, nem tampouco que eles caiam no esquecimento dos pesquisadores. Os arquivos, hoje, representam o que há de registro fidedigno da sociedade. É necessário que exploremos as potencialidades também destes arquivos, a fim de que eles não fiquem refém da administração.

Consideramos que a maior contribuição dos arquivos reside em sua função social, no que é relativo à sociedade. Sendo assim, precisamos multiplicar as ações que são desenvolvidas com vistas à educação patrimonial. Adotar a metodologia resulta em uma série de processos como participação social, reconhecimento e afirmação de sua identidade, democratização da cultura e, com isto, o exercício da cidadania.

Deste modo, a educação patrimonial tem sua contribuição garantida na formação dos professores e estudantes, pois ela tem a capacidade de provocar reflexões e fazer com que os sujeitos despertem a consciência a respeito do mundo que os cerca, que a história se constrói diariamente e não apenas de monumentos.

Ratificamos as palavras de Moraes (2006), “[...] é necessário a promoção de uma ação pedagógica que direcione aos estudantes estes conceitos de Patrimônio e sua importância”. Para isto, precisamos envolver principalmente os professores nestas atividades, a fim de que eles suscitem discussões a respeito da temática, fazendo uso da metodologia interdisciplinar que é a educação patrimonial.

A nossa experiência reforça que há muito o que ser trabalhado. Compreendemos que as potencialidades pedagógicas dos arquivos ainda não são reconhecidas em sua totalidade. É necessário que busquemos quebrar os paradigmas que nos cercam, onde estratégias de difusão cultural são aceitas e a educação patrimonial, na maioria das vezes, completamente descartadas.

A ausência de projetos, ausência de eventos voltados para a discussão do tema e, a ausência de literaturas, nos fazem concluir que existem lacunas na formação dos professores e arquivistas. Ao se interessarem pelo tema os profissionais não encontram bibliografias específicas, e apesar do sítio eletrônico do IPHAN disponibilizar algumas publicações, não há divulgação o suficiente.

Esperamos que este trabalho influencie outros profissionais e que estes busquem desenvolver outros estudos que fortaleçam a área, pois o número de ações e publicações ainda são insuficientes. O trabalho deve ser permanente e sistemático.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTTO, H. L. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, jan/jul. 2000.

BONATO, N. M. C. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25. 2002, Minas Gerais. **Anais ... Educação: manifestos, lutas e utopias**. Rio de Janeiro: ANPED, 2002, p. 97-109, v. 1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 20 mai. 2019.

_____, IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. IPHAN: 2014.

_____, Lei Federal Nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Política Nacional de Arquivos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8159.htm>. Acesso em: 03 mar. 2019.

_____. Ministério de Educação. **Portaria nº 255**, de 20 de dezembro de 1990.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 16. **Normas para simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares**. 04 de novembro de 1997.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década**. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF., 2014.

CARDOSO, T. L. de C. A formação da cultura acadêmica no curso de Arquivologia da UEPB: um estudo de caso a partir dos TCCs. 2018. 74f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2018. [Monografia].

CHAUÍ, M. Política Cultural, Cultural Política e Patrimônio Histórico. In: CUNHA, M. C. P. (Org.). **O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania**. São Paulo: DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

GONÇALVES, N. G. Arquivos históricos escolares: contribuições para o ensino de história e a história local. In: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. **Anais[...]** Natal: EDUFRN, 2007.

GONÇALVES, J. Os arquivos no Brasil e sua proteção jurídica. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, São Paulo, ano I, n.1, jul. 2002. p.28-43.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica–Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 34, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. São Paulo: Editora Paz e terra, 1979.

- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HOBBSAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HORTA, M.de L. P. GRUNBERG, E. MONTEIRO, A. Q. **GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. IPHAN: 1999.**
- HORTA, M. de L. P. **Educação Patrimonial. IPHAN: 2006.**
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.
- MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, SBHE, jul-dez/2005 (pp. 75 – 99).
- MORAES, A. P. de. Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. **Cereja**. 2006. Disponível em:
http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.
- PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas**. 3ª edição. São Paulo, Atlas, 2008. 334
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013.
- SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.
- TEIXEIRA, M. M. O Instituto de Educação da Paraíba: uma outra análise sobre sua criação (1935-1937). In: SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR. **Anais[...]** Campinas: Unicamp, 2016.
- TEIXEIRA, M. M. Uma leitura sobre o processo de institucionalização do Instituto de Educação da Paraíba (1935 – 1951). In: Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa. João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2017.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1988.
- VASCONCELLOS, F. de. **Lições de pedagogia experimental**. Lisboa: Antiga Casa: Bertand, 1999.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Termo de Consentimento de Livre Esclarecido

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso “EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS: PRÁTICAS NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA (IEP)”, que em suma, objetiva aproximar a comunidade acadêmica dos arquivos através do método Educação Patrimonial, a fim de que possam refletir que os processos históricos da sociedade também passam pelo arquivo e estão ali registrados.

Compreendemos que a ética é uma das bases para uma pesquisa científica e prezamos por ela. Esclarecemos que por se tratar de um Trabalho de Conclusão de Curso, após a sua finalização e defesa, conforme as regras da universidade, o trabalho ficará disponível no repositório online da instituição: “DSpace UEPB”, sendo esta uma forma de compartilhar o que está sendo produzido pela comunidade científica. Ressaltamos que o anonimato será mantido e todas as respostas serão utilizadas apenas para os fins de realização desta pesquisa.

Eu, _____, estou ciente e desejo colaborar com a pesquisa “**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS: PRÁTICAS NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA (IEP)**”, que está sendo desenvolvida por Vitória Gomes de Carvalho, estudante do curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, matrícula 15153xxxx, sob orientação do Prof. Dr. Ramsés Nunes.

Questionário

1. Gênero: () Feminino () Masculino ()
Outro
2. Idade: _____
3. Nível de escolaridade: () Graduação ()
Especialização () Mestrado () Doutorado
() Ph.D.
4. Disciplina ministrada:

5. Tempo de graduado (a):

6. Tempo de atuação na docência:

7. Tempo de docência no IEP:

8. Durante o seu tempo no IEP, já visitou o
arquivo escolar da instituição?
() Sim () Não
9. Em caso de resposta afirmativa, por que
motivo?

10. Durante sua formação (graduação e pós-
graduações), ouviu falar em Educação
Patrimonial?
() Sim () Não
11. Em caso de resposta afirmativa, em qual
ocasião?

12. Você realiza visitas técnicas em suas
disciplinas?
() Sim () Não
13. Em caso de resposta afirmativa, onde?

14. Já pensou em realizar visitas aos
Arquivos da cidade?
() Sim () Não
15. Em caso de resposta negativa,
justifique.

16. Você acha que práticas no arquivo
aliadas a metodologia Educação
Patrimonial podem vir a contribuir na sua
disciplina?
() Sim () Não

APÊNDICE B – CARTILHA EDUCATIVA

Cartilha



Vamos conversar sobre documento e patrimônio na escola?

Vitória Gomes de Carvalho (Autoria)
Ramsés Nunes e Silva (Orientação e Revisão)

João Pessoa

2019

Esta cartilha foi elaborada como complemento da oficina "Educação Patrimonial em arquivos", que fazem parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Arquivologia:

"Educação Patrimonial e Arquivos:

Experiência no Instituto de Educação da Paraíba".

Sumário

| | |
|-------------------------|----|
| 1. Histórico | 5 |
| 2. Documento | 6 |
| 3. Arquivo | 7 |
| 4. Arquivo Escolar | 8 |
| 5. Patrimônio | 9 |
| 6. Educação Patrimonial | 10 |
| Referências sugeridas | 11 |
| Referências | 12 |

Histórico

★ 1884 - "Escola Normal da Paraíba"



Lei nº 16/35 - cria o IEP



Decreto nº 1.265/39 - Transferência do ensino secundário para a Escola Liceu Paraibano

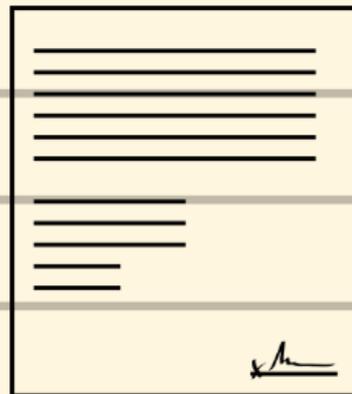
1944 - O IEP reassume o ensino secundarista

2018 - Último ano do curso Magistério

O que é documento?



Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, documento é uma "Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato."



O que é arquivo?

"Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte."
Pode ser relativo também a instituições, instalações e móvel.



E o arquivo escolar?

Bonato (2002), os arquivos escolares "são espaços de memória, depositários de fontes produzidas e acumuladas na trajetória do fazer pensar o pedagógico no cotidiano das escolas".



**Já visitou o arquivo
da sua escola?**

Patrimônio

"Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira."



Educação Patrimonial

É uma ferramenta de alfabetização cultural que torna possível o indivíduo observar com criticidade o mundo que o rodeia, a fim de compreender o universo sociocultural e o recorte histórico-temporal no qual está inserido.



Referências sugeridas



Apesar de poucas publicações científicas sobre o tema,

Recomendamos que visitem o site do IPHAN.

Lá, é possível encontrar materiais voltados para os mais diversos públicos.

Visite: <http://portal.iphan.gov.br/>

Referências

BONATO, N. M. C. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25. 2002, Minas Gerais. Anais ... Educação: manifestos, lutas e utopias. Rio de Janeiro: ANPED, 2002, p. 97-109, v. 1.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 20 mai. 2019.

_____, IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. 2014.

VASCONCELLOS, F. de. Lições de pedagogia experimental. Lisboa: Antiga Casa: Bertand, 1999.

ANEXO A – TÍTULO DO ANEXO

FORMULÁRIO PARA DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO DE ARQUIVO²

MÓDULO I – IDENTIFICAÇÃO:

NATUREZA JURÍDICA:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

Nome da Instituição:

Sigla:

Subordinação administrativa:

Organograma:

Data da Criação/Ato que o criou:

Histórico:

Nome e formação do responsável pela instituição:

Objetivo institucional e principais atribuições:

ENDEREÇO:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

CEP.:

Município:

Telefone:

E-mail:

Sítio eletrônico:

MÓDULO II – ACERVO:

CLASSIFICAÇÃO DO ARQUIVO

Extensão de atuação: () Setorial () Geral ou Central

Estágios de evolução: Arquivo Corrente (%) Arquivo Intermediário (%)

Arquivo Permanente (%)

CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS

Gêneros documentais:

- () Documentos textuais
- () Documentos bibliográficos
- () Documentos eletrônicos
- () Documentos sonoros
- () Documentos iconográficos
- () Documentos cartográficos
- () Documentos filmográficos

Espécies documentais:

Unidades de arquivamento existentes: () Processos () Dossiês () Tipos Documentais

² Documento elaborado com base no Formulário de Pesquisa do Conselho Nacional de Arquivos para conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil e do Capítulo 3 – Organização e administração de arquivos do livro Arquivo: teoria e prática de Marilena Leite Paes – 3. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Mensuração em metros lineares:

Estágios de tratamento:

Identificado: _____ % Sem Identificação: _____ % Organizado parcialmente: _____ %

Organizado totalmente: _____ %

MÓDULO III – ATIVIDADES DE ARQUIVO

EXISTÊNCIA DE NORMAS E/OU MANUAIS DE PROCEDIMENTOS NO ARQUIVO:

Sim Não. Em caso afirmativo, qual:

MÉTODOS DE ORDENAÇÃO ADOTADOS:

EXISTÊNCIA DE CONTROLE DO TRÂMITE DE DOCUMENTOS: Sim Não

Em caso afirmativo, como é feito:

EXISTÊNCIA DE CONTROLE PARA O EMPRÉSTIMO DE DOCUMENTOS: Sim

Não

Em caso afirmativo, como é feito:

APLICAÇÃO DE CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO: Sim Não

APLICAÇÃO DE TABELA DE TEMPORALIDADE: Sim Não

EXISTÊNCIA DE CRONOGRAMA PARA TRANSFERÊNCIA E/OU RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS AO ARQUIVO GERAL OU CENTRAL: Sim Não

A INSTITUIÇÃO ELIMINA DOCUMENTOS Sim Não

Em caso afirmativo, de que forma?

ACESSO À INFORMAÇÃO

Há instrumento de pesquisa para o acervo? Sim Não

Em caso afirmativo, qual?

MÓDULO IV – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS:

INSTALAÇÕES:

- Próprio – construído para arquivo
- Próprio – adaptado para arquivo
- Alugado/cedido – adaptado para arquivo
- Imóvel tombado
- Prédios anexos
- Depósitos fora do prédio sede
- Depósito para arquivo intermediário

Ano de construção do prédio:

Qual a área total construída? _____ m²

Qual a área total destinada à armazenagem do acervo? _____ m²

Qual a área total ocupada pelo acervo? _____ m²

Qual a área destinada ao processamento técnico do acervo? _____ m²

O imóvel possui condições de acesso para deficientes? Sim Não

CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA ÁREA DE GUARDA DO ACERVO:

- Controle de temperatura e umidade
 Controle de luminosidade
 Programa de prevenção e combate contra insetos, roedores e microorganismos
 Filtragem de poluentes

SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E ACONDICIONAMENTO:

Documentos armazenados em mobiliário? Sim Não

Em caso afirmativo, assinale

- Aço Deslizante Madeira Alvenaria

| Descrição Mobiliário | Quantidade | Estado de Conservação |
|----------------------|------------|-----------------------|
| | | |
| | | |
| | | |

Documentos acondicionados? Sim Não Parcialmente

Em caso afirmativo, especifique:

- Polionda Papelão Metal Outros _____

| Descrição Material | Quantidade | Quantidade em metros lineares | Estado de Conservação |
|--------------------|------------|-------------------------------|-----------------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |

SEGURANÇA

Existe prevenção contra incêndio? Sim Não

Em caso afirmativo, assinale:

- Extintores automáticos (tipo Sprinkler)
 Extintores manuais
 Detectores de fumaça
 Mangueiras
 Brigada de incêndio

Existe um plano de resgate do acervo em casos de desastre/emergências? Sim Não

Existe prevenção contra roubos? Sim Não

Em caso afirmativo, assinale:

- Circuito interno de televisão
 Segurança patrimonial
 Alarme

MEIOS DE COMUNICAÇÃO: Telefone/Ramal:

LABORATÓRIOS:

- Microfilmagem
- Conservação/Restauração/Encadernação
- Fotografia
- Audiovisual (som, filmes e vídeos)
- Digitalização

MICROFILMAGEM:

A instituição microfilma documentos? Sim Não

A microfilmagem está prevista na tabela de temporalidade? Sim Não

A microfilmagem é realizada para:

- Dar acesso Preservação dos originais Substituição de suporte

A microfilmagem é realizada:

- Pela própria instituição Por terceiros

Localização de arquivo de segurança de microformas:

- Na instituição Em outro local

RECURSOS DE INFORMÁTICA:

Há quantos microcomputadores no Arquivo?

Possui sistemas informatizados para gestão de documentos?

- Sim Não

Possui sistemas informatizados de acesso à informação para o usuário? Sim

- Não

Sistemas disponíveis em rede: Intranet Internet Extranet

O desenvolvimento/gerenciamento dos sistemas informatizados é feito:

- Pelo próprio órgão
- Por terceiros

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Há digitalização de documentos? Sim Não

A digitalização é realizada para:

- Dar acesso Preservação dos originais Substituição do suporte

A digitalização é realizada:

- Pelo próprio órgão Por terceiros

Ocorre a utilização de sistemas híbridos (microfilmagem e digitalização associados)?

- Sim Não

Ocorre a integração da digitalização de documentos ao sistema de gestão de documentos?

Sim Não

ATENDIMENTO AO USUÁRIO:

Presta informações:

- Presencial
 Telefone
 E-mail
 Correspondência

Dias da semana e horário de atendimento ao usuário:

Condições gerais de acesso ao acervo documental:

- Consulta aberta ao público
 Consulta restrita
 Sem consulta

Em caso de consulta restrita, especifique:

- Documentos classificados como sigilosos
 Estado de conservação
 Por não estar organizado
 Em fase de organização
 Necessidade de autorização
 Necessidade de prévio aviso

Permite reprodução de documentos? Sim Não Com restrições

RECURSOS HUMANOS

Qual o número total de servidores/funcionários que trabalham exclusivamente no arquivo?

Escolaridade:

| | Formação Profissional | Quantitativo |
|-------------------|---|---------------------|
| Nível superior | Arquivista | |
| | Bibliotecário | |
| | Profissional de História | |
| | Especialista em Conservação | |
| | Outros: | |
| Pós-graduação | Doutorado | |
| | Mestrado | |
| | Especialização | |
| Nível Médio | Técnico de Arquivo | |
| | Auxiliar administrativo, Técnico de informática | |
| | Técnico em Conservação | |
| | Outros: | |
| Nível Fundamental | | |

Promove a participação de seu corpo técnico em cursos, treinamentos e seminários específicos para o desenvolvimento das atividades de arquivo?

Sim Não

RECURSOS FINANCEIROS:

Possui recurso próprio? () Sim () Não

Orçamento/dotação orçamentária anual (quantia):

Distribuição do orçamento (em porcentagem de aplicação):

| | | |
|--|--|--|
| Manutenção do edifício (gastos com telefone, água, luz e outros) | | |
| Quadro de pessoal | | |
| Contratação de serviços de terceiros | | |
| Treinamento, capacitação, atualização da equipe técnica | | |
| Tratamento técnico arquivístico | | |
| Preservação do acervo | | |
| Infraestrutura física e tecnológica | | |
| Publicações | | |
| Exposições | | |

MÓDULO V – RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome:

Cargo ou função:

E-mail:

Telefone:

Data do preenchimento: